



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE PROFESSORES SECUNDÁRIOS NA DÉCADA DE 1930

JÚNIOR, Alberto da Cunha Bragato
É aluno da quarta turma do Mestrado em Educação da
Universidade de Uberaba. Alberto.bragato@ig.com.br

DONATONI, Alaíde Rita
É Professora do programa de Mestrado em Educação da
Universidade de Uberaba e Doutora em Educação, na área de
História e Filosofia da Educação.
Alaíde.donatoni@uniube.br





RESUMO

Este artigo tem o objetivo de percorrer as mudanças que o Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, institucionalizaram para a formação universitária de professores secundários. Nessa perspectiva, percorremos o momento promissor, que o início da década de trinta, possibilitou para o debate político-educacional e a busca para uma melhor valorização da profissão docente. Analisamos, assim, a influência que o ideário da Escola Nova transmitiu para a educação, especialmente, nos projetos para formação superior de professores, de Fernando de Azevedo em São Paulo e Anísio Teixeira no Rio de Janeiro, com a criação e incorporação de seus institutos de educação, na composição da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal.

Palavras chaves: formação; professores; universidade; educação.

ABSTRACT

This article has the objective of traverse the changes that the Statute of the Brazilian Universities, of 1931, institutionalized for the university formation of secondary professors. In that perspective, we traverse the promising moment, that the beginning of the decade of thirty, enabled for the political-educational debate and the search for a better valorization of the educational profession. We analyze, like this, the influence that the ideas of the New School transmitted for the education, specially, in the projects for upper formation of professors, of Fernando of Azevedo in São Paulo, and Anísio Teixeira in the Rio de Janeiro, with the creation and incorporation of his institutes of education, in the composition of the University of São Paulo and of the University of the Federal District.

Keywords: formation; professors; university; education.



INTRODUÇÃO

Quando analisamos o desenvolvimento da formação docente na história da educação brasileira, tendo como referências as letárgicas investidas do Estado nacional durante o Império e a Primeira República, verificamos que a década de 1930, segundo Brzezinski (1996), caracterizou-se como momento promissor para o lançamento das bases de uma política, mais adequada, às condições então implantadas, para a formação de professores.

Desde a década de 20, as transformações nos setores econômicos, políticos e sociais na sociedade brasileira, trouxeram um novo redimensionamento dos problemas educacionais. Como cita Brzezinsk (1996), a educação passou a ser fator de reconstrução social e, à escola, foi atribuído um novo desafio em decorrência das novas condições de vida e de trabalho em razão do crescimento dos centros urbanizados.

Desse modo, as décadas de 1920 e 1930 foram palco de movimento de modernização da educação e do ensino. Nos anos 20 foram efetivadas reformas nos Estados coordenadas por educadores apoiados nos democráticos e republicanos e no ideário da Escola Nova de John Dewey, expoente máximo do escolanovismo nos Estados Unidos (BRZEZINSK, 1996, p. 26).

Com o desfecho favorável ao grupo “liberal” após a Revolução de 1930, muitas reestruturações ocorreram, também, na educação. O Governo Provisório de Getúlio Vargas buscou de imediato as condições de infra-estrutura administrativa necessárias para o desenvolvimento do novo regime. Além dos Ministérios já existentes, Vargas criou o do Trabalho, Indústria e Comércio e o da Educação e Saúde Pública. Neste último, começa a delimitação do presente artigo, pois, como relata Saviani (2005), quando nos remetemos aos estudos da educação em nível superior, a primeira manifestação desse fenômeno foi a reforma Francisco Campos, com o Decreto nº 19.851 de 11 de Abril de 1931, que estabeleceu uma nova ordem ao ensino citado.



Como relata Romanelli (1998), era a primeira vez que uma reforma para o ensino universitário iii foi organizada para todo país, representando o início de uma ação do Estado de forma mais objetiva em relação à educação superior. A homologação deste decreto teve, também, a função de elevar para o nível superior a formação de professores secundários no Brasil.

O ESTATUTO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

O mais interessante para a formação de professores no Decreto nº 19.851, denominado Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931, elaborado por Francisco Campos, foi a inovação em admitir que uma faculdade de Letras, Ciências e Educação pudesse substituir uma das três então escolas tradicionais (Medicina, Engenharia e Direito), na constituição de uma universidade.

O Estatuto de 31 resultou de um vigoroso debate político ocorrido nos anos 20, em congressos, na imprensa, nos periódicos especializados e nas obras de inúmeros autores. Esses anos foram fecundos na produção de análises sobre o ensino superior e de proposição de modelos de universidades para o Brasil, incluídas sugestões relativas à preparação do magistério (EVANGELISTA, 1997, p. 18).

Francisco Campos, antes de assumir o ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, foi o grande responsável pela reforma educacional mineira, principalmente, aquela relacionada à formação e capacitação de professores. Com uma concepção, até certo ponto escolanovista, Francisco Campos tinha ciência que a educação não estava entre as maiores prioridades do governo de Getúlio Vargas, mesmo assim, como relata Schwartzman (1979), percebeu que poderia não só conferir legitimidade ao novo regime, entre as pessoas educadas, como também contribuir para o projeto de modernização do ensino superior brasileiro.

Ao lado da instalação de estudos pedagógicos em nível superior na esfera pública, uma decisão governamental, em 1931, contribuiu para a organização das bases de uma política de formação de professores. Embora com resistências, em especial, dos cientistas, o Governo Provisório



estimulou essa formação, ao preceituar a obrigatoriedade de titulação para o exercício do magistério no ensino secundário e normal. O professor deveria ser licenciado (BRZEZINSKI, 1996, p. 33).

O decreto que instituiu o regime universitário no Brasil fixava os fins desta educação da seguinte forma:

Art. 1º O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral; estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza da Nação e para o aperfeiçoamento da humanidade.

Apesar da investigação científica e o preparo para o exercício profissional ser objetivo da Universidade moderna, o ensino superior brasileiro, desde sua criação, e de certa forma até os dias atuais, salvo algumas exceções, vem perseguindo o objetivo ligado à formação profissional apenas. Romanelli (1998), relata que a falta de tradição de pesquisa deve-se a fatores como a estratificação social, a herança cultural e a forma com tem evoluído a economia e a industrialização. Além desses fatores, a referida autora remete essa deficiência, também, nas nossas leis referentes ao ensino superior, que têm sido omissas quanto à previsão de situações objetivas e definidas para as atividades de pesquisa.

Como relata Schwartzman (1979), o ministro Francisco Campos, no Estatuto das Universidades, previa a autonomia universitária e a criação de instituições dedicadas à pesquisa, contudo, esses objetivos estavam muito afastados da realidade brasileira, e o que se verificou, no período, foi um excesso de rigidez do governo em relação a qualquer mudança significativa na estrutura das universidades. Neste contexto, o projeto para a criação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, prevista em 1931, tendo como função o florescimento de estudos “desinteressados”, não se realizou de imediato. O artigo 5º do decreto de 1931 relatava a obrigatoriedade de pelo menos três dos



seguintes cursos para a constituição de uma Universidade: Direito; Medicina; Engenharia e Educação, Ciências e Letras. Através desta definição, como exemplifica Romanelli (1998), consagrou-se, no período, a falta de diversificação de nosso ensino superior, reforçando a velha concepção aristocrática da República Velha, pelo fato de não tornar obrigatório o curso de Educação, Ciências e Letras.

Diferente desta opinião, Azevedo (1971) relata que, essa reforma do ensino superior, confirmou as esperanças, em um primeiro plano, das preocupações políticas para a reconstrução do sistema brasileiro de educação. E, mesmo com a não instalação da Faculdade de Educação, Ciências e Letras iv , que devia se organizar como a base da Universidade do Rio de Janeiro, abriram-se as mais largas perspectivas não só na formação do magistério secundário como no desenvolvimento da cultura nacional sob todos os seus aspectos.

Este suposto otimismo de Fernando de Azevedo, em parte, pode ser caracterizado pelo seu projeto elitizante para a educação superior, pois, a partir do Estatuto das Universidades Brasileiras é que se criou a Universidade de São Paulo.

É interessante notar a semelhança entre as concepções que presidiram a criação da faculdade de Educação, Ciências e letras, por Francisco Campos, na Universidade do Rio de Janeiro, nos marcos da política educacional autoritária, e as da criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, por Fernando de Azevedo, na Universidade de São Paulo, conforme a política educacional liberal. No projeto paulista, a formação de professores secundários não seria papel daquela faculdade, mas de um instituto de educação, em sua função política de integradora dos diversos institutos universitários (KULLOK, 2000, p. 41).

A reforma universitária de Francisco Campos prometia muito e foi saudada como um marco na história da educação superior brasileira. Entretanto, como relata Schwartzman (1979), ela veio quando um regime forte alcançou o poder e, este buscou uma orientação para a paralisação das comunidades científicas organizadas de forma autônoma.



Apesar da reforma universitária, de 1931, prever uma abrangência nacional para a Faculdade de Educação, durante a década de trinta, os avanços para a institucionalização da formação superior do professor ficou restrita às duas regiões mais urbanizadas do país: São Paulo e Rio de Janeiro. E todo esse avanço, para o desenvolvimento dos estudos da educação, até a decretação do Estado Novo, foi bastante influenciada pelos ideais escolanovistas.

UMA NOVA CONCEPÇÃO PARA A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A conquista de um espaço acadêmico para os debates em torno da formação superior do professor ganhou impulso pelo movimento renovador, a partir dos anos de 1920, que pregava a profissionalização das atividades dos educadores. Além de criar maior visibilidade às críticas dirigidas às escolas normais, o movimento da Escola Nova, se empenhou em oferecer um novo modelo que corrigisse as insuficiências e distorções do modelo tradicionalista então vigente.

Graças à atuação de profissionais da educação, como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, formava-se uma nova consciência educacional, relativa a função do Estado na educação, em virtude da necessidade da expansão da escola pública, do direito de todos à educação e da necessidade da implementação de uma política nacional para o ensino. Segundo Tanuri (2000), o movimento da Escola Nova centrava-se na revisão dos padrões tradicionais de ensino: não mais programas rígidos, mas flexíveis, adaptados ao desenvolvimento à individualidade das crianças; a educação como resultado das experiências e atividade dos alunos, sob o acompanhamento do professor; do ensino ativo em oposição a um criticado “verbalismo” da escola tradicional.

Anísio Teixeira, em 1932, com o Decreto 3.810 no então Distrito Federal implementou novas e significativas remodelações no âmbito da escola normal. Segundo ele era necessário abolir das escolas normais a função de ser, ao mesmo tempo, escolas de cultura geral e de cultura profissional, que no final da formação do professor,



falhavam nos dois objetivos. Constatava-se que a escola normal deveria ser uma instituição de preparo profissional para a docência. Com esse objetivo, segundo Tanuri (2000), o antigo ciclo preparatório da escola normal foi ampliado e equiparado ao ensino secundário federal. Em São Paulo, movimento semelhante ocorreu em 1933, como o Código da Educação, na reforma realizada por Fernando de Azevedo.

Quando analisamos o contexto de mudanças e inovações para a formação de professores no início dos anos 30, temos que considerar o “Manifesto dos Pioneiros” de 1932, pois, esse documento, redigido por Fernando de Azevedo, criticava a prática reducionista das escolas superiores profissionalizantes, que não ultrapassavam os limites e as ambições da formação profissional, próprias das escolas de engenharia, medicina e direito. Segundo Brzezinski (1996), para os Pioneiros, a formação dos educadores, professores de todos os graus de ensino, deveria efetivar-se em escolas ou cursos universitários, não como uma necessidade, mas como o único meio de abrir os horizontes desses docentes.

Apesar do “Manifesto dos Pioneiros” ter tido repercussão nacional, sua maior ressonância, como vamos mostrar adiante, se fez sentir, para a formação de professores secundários, nos projetos das Universidades de São Paulo e do Distrito Federal, pois, as mesmas incorporaram muito, da concepção de universidade, do manifesto.

O INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Segundo Kullok (2000), foi em São Paulo que se assumiu, primeiramente, a reivindicação dos estudos pedagógicos de caráter público de nível superior, com o objetivo de formar professores. A reforma realizada por Sampaio Dória em 1920, que propunha a regulamentação de uma faculdade de educação, não se realizou, mas, influenciou a criação de um modesto curso de aperfeiçoamento na Escola Normal da Capital, transformada em Instituto Pedagógico por Lourenço Filho em 1931. Segundo



Brzezinski (1996), essa escola caracterizou-se como primeira etapa percorrida pelo Instituto de Educação para o preparo de profissionais da educação em nível superior como marco histórico em território paulista.

Em 1933, Fernando de Azevedo como Diretor Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, através de reformas no Código da Educação, criou o Instituto de Educação, antigo Instituto Pedagógico, pelo Decreto nº 5.846, considerado por Evangelista (2001), como a primeira escola em nível superior para o preparo do professor.

Durante este período de estruturação e ampliação de suas funções o Instituto de Educação passou a preparar professores secundários, a fim de atender ao preceito legal contido no Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931. Como cita Evangelista (2001), Azevedo defendia que o preparo docente devia estar marcado por um espírito de renovação das concepções pedagógicas, ele não era contra as escolas normais para formação docente, mas, o preparo dos mestres deveria ser realizado em um Instituto Superior de formação técnica, por isso a criação desta instituição em 1933, como resultado de sua reforma educacional no Estado de São Paulo.

Segundo Brzezinski (1996), a formação de professores secundários em nível superior, como especificidade paulista, realmente se iniciou com a incorporação do Instituto de Educação (antigo Instituto Pedagógico e Escola Normal da Capital) ao decreto de criação da Universidade de São Paulo, em janeiro de 1934. Com essa reforma, o Instituto de Educação foi elevado à categoria de escola superior e incorporado à Universidade como Faculdade de Educação.

O Estado de São Paulo organizou então, em 1934, a Universidade de São Paulo, e a Faculdade de Educação, Ciências e Letras foi desdobrada em duas instituições: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFLC) e o Instituto de Educação (IE), incorporado à USP em função da anuência dada pelo próprio decreto do governo federal, similarmente à incorporação de outros institutos existentes (EVANGELISTA, 1997, p. 21).



Legalmente instituído como centro formador de professores de caráter técnico e profissionalizante, o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (IEUSP), assumiu a produção de pesquisa e de conhecimento como partes de suas funções, além do preparo de professores primários, secundários e administradores escolares, entretanto, somente a formação de professores secundários tinha o status universitário referendado pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP.

A formação do professor no IEUSP foi conduzida de forma que os conhecimentos apresentados permitissem ao docente aproximar-se da realidade social e escolar, tanto do ponto de vista da clientela atendida quanto de seu gerenciamento e dos conteúdos a compor. Segundo Tanuri (2000), a criação de centros como o IEUSP causou o deslocamento dos “conteúdos” a serem ensinados nas escolas normais, para os métodos e processos de ensino, valorizando as chamadas “Ciências da Educação” (Biologia e Psicologia).

Tendo Fernando de Azevedo como Diretor, o IEUSP tinha o objetivo de imprimir ao ensino um caráter acentuadamente experimental. Os laboratórios segundo Evangelista (1997), eram fundamentais na vida do Instituto. Havia uma demanda para uma formação técnica do professor, abandonando o recorte propedêutico e retórico da formação tradicional. Assim, a nova formação técnica e profissional do professor ganhavam uma nova coloração, agora não se tratava apenas de saber o que ensinar, mas de saber como ensinar. “A Psicologia, ao lado da Biologia e da Sociologia, afirmadas como a “santíssima trindade” das ciências—fonte da educação, possibilitariam ao campo pedagógico a realização de seu grande desígnio: construir uma ciência do homem” (EVANGELISTA, 2001, p. 10).

Como relata Azevedo (1971), a primeira turma de professores diplomados no Brasil obteve em 1937, pela Universidade de São Paulo, a licença do magistério secundário. Entretanto, apesar de ser uma das respostas à demanda por qualificação



profissional, o IEUSP teve sua continuidade encerrada pelo decreto estadual nº 9.268-A, de 25 junho de 1938. Forças políticas ligadas ao Estado Novo e à Igreja Católica corroboraram para isto.

A ESCOLA DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL

Anísio Teixeira, em outubro de 1931, a convite do então prefeito Pedro Ernesto Batista assumiu a Diretoria Geral de Instrução Pública do Distrito federal, substituindo o educador paulista Fernando de Azevedo. Ocupando este cargo, de 1931 a 1935, Anísio Teixeira realizou um conjunto de ações melhorando o ensino do Rio de Janeiro nos seus vários níveis, do primário ao superior.

Em março de 1932 ele transformou a Escola Normal do Distrito Federal em Instituto de Educação, constituído de quatro escolas: Escola de Professores, Escola Secundária, Escola Primária e Jardim de Infância. As três últimas eram utilizadas como campo de experimentação, demonstração e prática de ensino. Já a Escola de Professores foi a pioneira na elevação no Brasil, segundo Brzezinski (1996), para a formação de professores em nível superior, porém para o nível primário. “Considerando a formação de professores um dos pilares da melhoria do ensino, buscou Anísio transformar a antiga Escola Normal numa escola superior para professores. Fundou, então, o Instituto de Educação como entidade modelar” (VICENZI, 1986, p. 12).

Também como Fernando de Azevedo em São Paulo, Anísio Teixeira, durante sua administração pública no Distrito federal, foi duramente criticado pela Igreja Católica, que o acusava, sem razão, de comunista, materialista e de querer levar a mocidade à degradação espiritual. Mantê-lo na direção da instrução pública foi um ato de coragem de Pedro Ernesto. Entretanto, o grande apoio popular deste último, fato inclusive que o levou a ser o primeiro prefeito eleito do Rio de Janeiro, mais, o expressivo apoio dos professores, entusiasmados com as perspectivas das reformas educacionais de Anísio Teixeira, ensejaram a criação da Universidade do Distrito



federal (UDF), em 1935.

Como relata Fávero (2000), a Igreja Católica e o então ministro, Gustavo Capanema, demonstravam-se contra a referida proposta da criação de uma universidade, mas, Getúlio Vargas procurando apoio em Pedro Ernesto, por ocasião de sua expressiva vitória eleitoral na capital do país, autorizou o decreto da criação da instituição, mesmo passando por cima das concepções do Ministro da Educação.

Assim, em 4 de abril de 1935, foi assinado pelo prefeito Pedro Ernesto o Decreto 5.513, que instituía a Universidade do Distrito Federal, que dentre várias finalidades, previa a formação do magistério em todos os seus graus.

Segundo Romanelli (1998), a UDF apresentava estrutura arrojada, caracterizada pelo fato de não possuir as três faculdades tradicionais e ter a Faculdade de Educação, na qual se situava o Instituto de Educação. “Esta é chamada de Universidade de Educação, pelo fato de optar, entre seus objetivos, primordialmente pela formação de professores” (KULLOK, 2000, p. 44).

Apresentava a UDF os seguintes órgãos principais: Instituto de Educação; Escola de Ciências; Escola de Economia e Direito; Escola de Filosofia e Letras; Instituto de Artes e Instituições complementares para experimentações pedagógicas, práticas de ensino, pesquisa e difusão cultural (Prefeitura do Distrito federal, 1935).

Como relata Saviani (2005), a denominação Escola de Educação foi o nome dado para a Escola de Professores do Instituto de Educação, após sua incorporação à Universidade do Distrito Federal.

O Instituto de Educação que tem por fim prover formação do magistério e concorrer, como centro de documentação e pesquisa, para a formação de uma cultura pedagógica nacional, fica diretamente incorporado à universidade pela sua atual Escola de Professores, que passa a denominar-se Escola de educação, mantidos os objetivos estabelecidos pelo decreto n. 3.810, de 19 de março de 1932 (FÁVERO, 2000, p. 235).



Já na fundação da UDF, em 1935, o Instituto de Educação apresentava-se como a viga mestra da universidade, de certa parte porque era o único órgão com prédio próprio e em pleno funcionamento. Neste contexto, também, é importante relatar a ação decisiva que Anísio Teixeira concedia, como relata Vicenzi (1986), ao professor primário e secundário na reconstrução da sociedade. Nos primeiros cursos da UDF, para formação de professores, almejava-se transmitir a esse futuro profissional uma sólida cultura geral, firmeza e profundidade na disciplina de conteúdo específico e grande destaque à formação pedagógica.

Apesar dessas atribuições inovadoras para a formação de professores, com um padrão renovador, a situação política durante o ano de 1935 deteriorou-se rapidamente. Começava-se um período obscuro para a UDF. Após a Intentona Comunista de novembro, os caminhos para o Estado Novo e uma ação centralizadora e reacionária para a educação, estavam traçados.

Como cita Vicenzi (1986), não foram suficientes o romântico entusiasmo dos professores, nem a excepcional qualidade e devotamento do corpo discente. A UDF foi fechada em 1939. Os motivos podem ser atrelados à perseguição política dos católicos, que não aprovaram o projeto educacional renovador de Anísio Teixeira, como principalmente, pela ascensão de políticos defensores do projeto educacional autoritário e centralizador do governo federal, neste caso, o ministro Gustavo Capanema teve ação fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estatuto das Universidades Brasileiras, redigido pelo Ministro Francisco Campos foi um decreto importante para elevar a formação do professor secundário para o nível superior, além de iniciar, mesmo que de forma tardia, o processo de profissionalização da docência, no Brasil. Entretanto, esta lei refletiu uma das



contradições de nossa vida política e social, pois, não tornou obrigatória a institucionalização da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, na constituição de uma universidade.

As medidas adotadas no Distrito Federal e em São Paulo, no início da década de 30, no sentido de excluir o conteúdo de formação geral das escolas normais, substituindo-o pela exigência do curso secundário fundamental, como condição para o ingresso na formação de professores, foi instituída, já por volta de 1940, na maioria dos estados brasileiros.

Em relação às inovações do movimento renovador, verificamos que esta concepção trouxe uma grande valorização para as chamadas “Ciências da Educação” no processo de formação do professor e de aprendizagem dos alunos. Entretanto, segundo Tanuri (2000), parece questionável a penetração intensiva dessas idéias na prática pedagógica cotidiana. Alguns pesquisadores, como Brezezinski (1996), por exemplo, sugerem discrepâncias entre a prescrição legal e aquilo que foi realmente implementado. Saviani (2003), destaca que o “Manifesto dos Pioneiros” de 1932, marcou a ascendência do escolanovismo no Brasil, mas, seu tipo de escola não conseguiu alterar significativamente o panorama organizacional dos sistemas escolares. O acesso ao ensino, relacionado a esta concepção renovadora, ficou restrito a pequenos grupos da elite. Neste contexto, ficou claro que o papel da escola era “reproduzir a sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista”.(SAVIANI, 2003, p. 16). Percebemos que as ações políticas que levaram a institucionalização da formação de professores, em nível superior, estiveram ligadas diretamente ao desfecho “liberal” da revolução de 1930, e que a criação da Escola de Educação no Distrito Federal e do Instituto de Educação em São Paulo, estiveram ligados, respectivamente, às ações de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo em seus cargos públicos.

Apesar da incorporação dos institutos de educação nas Universidades de São



Paulo e do Distrito Federal, ter ocorrido, influenciado por uma concepção renovadora e liberal de educação, o desfecho da centralização política do Estado Novo, assessorado pelo ideário católico, cercearam a evolução do escolanovismo para a formação docente superior, na década de 30.

Finalmente, apesar de Brzezinski (1996), considerar o IEUSP, como uma escola superior de segunda categoria e a Escola de Educação da UDF, contraditória por prever um aligeiramento na formação dos professores. Essas instituições, consideradas as primeiras para a capacitação universitária docente no Brasil, caracterizaram-se por valorizarem o meio educacional como fonte essencial para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Atualmente, a partir de uma visão Histórico-Crítica, consideramos que propiciar acesso a uma educação de qualidade, não resolveria, exclusivamente, os problemas estruturais brasileiros, entretanto, a rememoração das experiências na formação de professores, a partir da concepção liberal, na década de 30, pode nos trazer ganhos, para adequarmos a formação docente, hoje centrada nas mudanças e incertezas do século XXI.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. A Cultura Brasileira. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos Edusp, 1971.

AZEVEDO, F. História de minha vida. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1971.

BRASIL. Decreto federal Nº 19.851, de 11 de abril de 1931, ESTATUTO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. Ministério de Estado da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

BRZEZINSKI, I. Pedagogia, pedagogos e formação de professores. 5. ed. Campinas: Papirus, 1996.

EVANGELISTA, O. A Formação do professor em nível universitário: O Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934 – 1938). 1997.Tese (Doutorado em Educação) – PUC, São Paulo.



EVANGELISTA, O. Formar o Mestre na Universidade: A Experiência Paulista nos Anos de 1930. Educ. Pesqui. Vol. 27 n. 2 São Paulo, jul. / dez. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext. Acesso em 28 janeiro de 2006.

FÁVERO, M. L. Universidade e poder. 2. ed. Brasília: Plano, 2000.

KULLOK, M. Formação de Professores para o Próximo Milênio: novo locus? São Paulo: Annablume, 200.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL, 1935.

ROMANELLI, O. História da Educação no Brasil. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

SAVIANI, D. Escola e Democracia. 36. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

SAVIANI, D. Reflexões sobre o ensino e a pesquisa em história da educação. IN: GATTI JR, D. ; INÁCIO FILHO, G. (Orgs.) História da educação em perspectivas: ensino, pesquisa, produção e novas investigações. Campinas: Autores Associados, 2005.

SCHWARTZMAN, S. Formação da comunidade científica no Brasil. Rio de Janeiro: Companhia Editora nacional / Finep, 1979.

SCHWARTZMAN, S. ; BOMENY, H. M. B. ; COSTA, V. M. R. Tempos De Capanema. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

TANURI, L. História da Formação de Professores. Revista Brasileira de educação, mai – ago, n. 014, São Paulo, Brasil, 2000. pp. 61 – 88.

VICENZI, L. J. A Fundação da Universidade do Distrito Federal e Seu Significado para a Educação no Brasil. Fórum Educacional, Rio de Janeiro, v.10, n. 3, jul / set. 1986.



Mestrado em Educação
Revista Profissão Docente

UNIUBE – Universidade de Uberaba

ISSN:1519-0919

www.uniube.br/propep/mestrado/revista/



UNIUBE
Educação e Responsabilidade Social

Alberto da Cunha Bragato Júnior

Possui graduação em Odontologia pela Universidade de Uberaba (1999) e graduação em História pela Universidade do Grande ABC (2005). Mestrado em Educação pela Universidade de Uberaba (2007). Atuando principalmente nos seguintes temas: História da Educação, Formação de Professores e Pesquisa.

Alaíde Rita Donatoni

Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Araçatuba (1971), graduação em Estudos Sociais pela Universidade de Mogi das Cruzes (1975), graduação em Geografia - Fac. Filos. Ciências e Letras de Guarulhos (1980), mestrado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1991) e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1999). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História e Filosofia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: formação do professor, avaliação do processo ensino-aprendizagem, história da educação e políticas públicas.

